

Solicitação e Autorização Inexigibilidade de Licitação

O Prefeito Municipal de Tenente Portela - RS, atendendo **SOLICITAÇÃO** da(s) Secretaria(s) abaixo descrita(s), **AUTORIZA** a **ABERTURA** de **PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO** abaixo descrito, o qual **SERÁ** Processado pela Secretaria Municipal de Finanças, de acordo com as disposições contidas no **Art. 25 - Inciso I da Lei Federal nº 8.666/93**:

PROCESSO Nr. **159/2022**

INEXIGIBILIDADE Nr. **18/2022**

OBJETO: Contratação de empresa especializada para realização de reforma em Van Sprinter MB.

ÓRGÃO ATENDIDO: Secretaria Municipal de Desenvolvimento Rural

RECURSO: Próprios

DOTAÇÃO: 274 – 3.3.90.30.00.00.00.00.0040
278 – 3.3.90.39.00.00.00.00.0040

OBJETIVOS: Contratar empresa especializada e com fornecimento de Serviço de forma exclusiva para a realização de reforma em Van Sprinter MB.

Tenente Portela, 21 de dezembro de 2022.

Rosemar Antonio Sala
Prefeito Municipal

1. PREÂMBULO

O MUNICÍPIO DE TENENTE PORTELA, setor de Compras e Licitações, através da Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria nº 1076 de 06 de dezembro de 2022, com a devida autorização expedida pelo Prefeito Municipal em Exercício de Tenente Portela, e em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e demais legislações aplicáveis, torna público a realização de Processo tipo INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos dispostos no Art. 25 - Inciso I da Lei 8.666/93, para a contratação de empresa especializada para realização de reforma em Van Sprinter MB, cujo processo e julgamento serão realizados de acordo com os procedimentos da Lei nº: 8.666/93 e suas alterações.

Processo Licitatório 159/2022

Inexigibilidade de Licitação 18/2022

2. OBJETO

Contratação de empresa especializada para realização de reforma em Van Sprinter MB.

Especificações do objeto:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Óleo para motor SAE 5W30 MB	12	R\$ 52,48	R\$ 629,76
2	MÃO DE OBRA – Instalação elétrica, pressões de combustível, injetores, remover e instalar tubulação de alta pressão para rail, substituir filtro de combustível, reservatório de combustível, estanqueidade do sistema de combustível, verificar reservatório de combustível, diesel e mão de obra terceirizada	01	R\$ 5.576,10	R\$ 5.576,10
3	Kit filtros de reposição	01	R\$ 759,74	R\$ 759,74
4	Kit higienização	01	R\$ 194,44	R\$ 194,44
5	Estopa	10	R\$ 1,87	R\$ 18,70
6	Anel de Vedação DIN7603-A 14-x20	1	R\$ 1,87	R\$ 1,87

7	Abraçadeira	1	R\$ 8,29	R\$ 8,29
8	Filtro de Combustível	1	R\$ 476,49	R\$ 476,49
9	Injetor de Combustível Comon Rail	4	R\$ 4.224,55	R\$ 16.898,20
10	Anel de Vedação	4	R\$ 10,46	R\$ 41,84
11	Distribuidor de Combustível	1	R\$ 5.211,74	R\$ 5.211,74
12	Fluido Tratamento do Sistema Diesel A550 LT	1	R\$ 152,64	R\$ 152,64
Total:				R\$ 29.969,81

3. JUSTIFICATIVA

A empresa contratada é autorizada de forma exclusiva no Estado para a realizar a comercialização de linhas de produtos da marca Mercedes-Benz, bem como para prestar os serviços de assistência técnica, manutenções e revisões em veículos da marca, conforme “Declaração/atestado Concessionária Autorizada”. Os reparos são necessários para sanar danos sofridos na Van e para atender as condições de manutenção da garantia do veículo, bem como realizar os reparos preventivos.

4. DAS EXIGÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

Os itens/peças que serão utilizadas na reparação e conserto do veículo deverão ser novas, não remanufaturadas, devem ser genuínas e originais, adequadas ao modelo.

As peças e serviços terão uma garantia mínima de 6 (seis) meses.

Após a solicitação de conserto a contratada terá prazo máximo 04 (quatro) dias úteis para a execução dos serviços.

O serviço será realizado por profissional especializado da empresa contratada.

5. DA CONTRATADA

Fica contratada para o fornecimento dos produtos objeto deste Processo de Inexigibilidade de Licitação a Empresa: **APOMEDIL AS VEICULOS** - CNPJ: **91.157.859/0004-07** - Endereço sede: Rod BR-285, nº 14000, bairro Valinhos, na cidade de Passo Fundo/RS, CEP: 99.043-800.

5.1- DA DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO

- a)** - Certidão Negativa Municipal da sede da contratada e de Tenente Portela;
- b)** – Certificado de Regularidade do FGTS;
- c)** - Certidão Negativa da União / INSS / Previdência Social;
- d)** - Certidão Negativa Estadual;
- e)** - Certidão Negativa de Débitos Trabalhista;
- f)** - Declaração que não emprega menor;

6. DO VALOR CONTRATADO

Valor total para a realização da revisão é de: **R\$ 29.969,81** (vinte e nove mil e novecentos e sessenta e nove reais e oitenta e um centavos).

7. DA GARANTIA e VIGENCIA

As peças e serviços terão garantia mínima de 6 (seis) meses, contra defeitos de fabricação e de instalação.

O contrato terá vigência de seis (6) meses a contar de sua assinatura, prevalecendo assim com a garantia das peças.

8. DO PAGAMENTO

O pagamento SERÁ realizado em até 30 (trinta) dias após a realização da revisão, mediante apresentação de Nota Fiscal;

9. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

274 - 3.3.90.30.00.00.00.0040 - Secretaria de Saúde e Saneamento

278 - 3.3.90.39.00.00.00.0040 - Secretaria de Saúde e Saneamento

10. DA FISCALIZAÇÃO

A fiscalização do contrato decorrente da presente Inexigibilidade de licitação estará a cargo da Administração Municipal de Tenente Portela – RS, pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Rural.

11. DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Tenente Portela para dirimir todas as questões desta Inexigibilidade que não forem resolvidas por via administrativa ou por arbitramento, na forma do Código Civil.

Tenente Portela/RS, 21 de dezembro de 2022.

Rosemar Antonio Sala – Prefeito Municipal

PARECER JURÍDICO

Processo de Licitação- Nr 159/2022

Inexigibilidade de Licitação - Nr. 18/2022

EMENTA: Inexigibilidade de licitação

A contratação por Inexigibilidade de licitação com fulcro no **artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93**, deve ser precedida em definição do objeto e motivação da Inexigibilidade, quanto ao ato legal e quanto às especificações do objeto. Além disso, deve haver previsão orçamentária para tanto. Quanto ao contrato, é necessário exigir as certidões de regularidade fiscal. Considerando que todos os requisitos foram observados e cumpridos, o parecer é pela legalidade do processo em apreço.

Após a elaboração do ato de Inexigibilidade, o mesmo deve ser submetido à autoridade competente para homologação. Em seguida, deve ser providenciada a publicação do contrato, nos termos do art. 61, parágrafo único da Lei 8666/93.

Tenente Portela/RS, 21 de dezembro de 2022.

Assessor Jurídico OAB-RS